

# Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



## Mulheres negras reivindicam ancestralidade

O plenário 9, da Ala Alexandre Costa do Senado, ficou lotado no dia 13 de julho, na 44ª edição do projeto Pauta Feminina, para celebrar o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela, datas comemoradas no dia 25 de julho.

Na abertura do evento, foi lançada a exposição digital de fotografia “Mulheres Negras no Senado Federal”, iniciativa do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, que contou com a colaboração de fotógrafos voluntários e 35 mulheres negras que trabalham na Casa.

Com o tema “Mulheres Negras, trilhando caminhos para a igualdade”, a audiência teve a mediação da deputada Luciana Santos (PCdoB-PE). As palestrantes expuseram as dificuldades encaradas no decorrer de suas carreiras e formas de enfrentar o racismo e o machismo, que atuam de forma combinada na vida das mulheres negras.

Flora Egécia, cineasta, diretora do filme “Das Raízes às Pontas”, falou sobre a elaboração da obra, que aborda a relação das pessoas negras com seus cabelos.

Agna Alves, do Coletivo de Mulheres com Deficiência do Distrito Federal, contou sua história e como lida com o acúmulo de vulnerabilidades: “negra, pobre, e com deficiência”. Nordestina, mãe solteira de dois filhos, ela lidava com uma barraca de frutas na feira, antes de ficar paraplégica, há três anos. “Eu preciso tomar posse daquilo que eu sou, daquilo que eu tenho e daquilo que eu represento”, afirmou.

Ester Monteiro, diretora de Jornalismo da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom) leu trechos do preâmbulo do livro “Minha Vida, meu Ministério”, escrito por um tio-avô, Juracy José Sias Monteiro, que ao morrer era o mais antigo pastor metodista do Brasil. Bisneto de suíços, neto de espanhol casado com uma mineira de cor negra,



Deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) é uma das quatro mulheres que presidem partidos políticos no Brasil

Juracy descreveu com grande argúcia o racismo brasileiro: “Parece-me que as autoridades, tratando de documentos oficiais, por deferência, dizem que somos de cor parda, mas o velho adágio diz que quem de branco escapa, de negro não passa”.

Nascida na Guiné Bissau, Eunice Borges, associada do Programa de Liderança e Participação Política da ONU Mulheres no Brasil, resgatou os marcos internacionais dos quais o Brasil é signatário como integrante das Nações Unidas.

**“Dizem que somos de cor parda, mas o velho adágio diz que quem de branco escapa, de negro não passa”.**

Eunice partiu da Declaração e o Plano de Ação da Conferência de Durban, na África do Sul — que considera “principal documento da sociedade civil no que se refere à promoção da igualdade racial” — e chegou às metas do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, passando pela definição da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2025).

Joceline Gomes, jornalista, dançarina e

Gerente de Comunicação na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, leu o cordel escrito por Jarid Arraes dedicado a Tereza de Benguela, rainha do quilombo localizado nas cercanias da primeira capital do estado do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Joceline narrou os desafios que enfrenta em função do racismo, com pessoas que “apontam” para seu cabelo ou mesmo o tocam sem sua permissão. “Isso é uma herança da escravidão: as pessoas acham que o corpo negro é um corpo público”.

Estiveram presentes a senadora Regina Sousa (PT-PI); Rosimeri Mello, da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal; Tânia Fontenele, cineasta; Veronique Durand, escritora e pesquisadora; Flávia Fernandes, do Conselho Estadual da Mulher de Goiás e da OAB-GO; Lúcia Félix, consultora em Previdência Social; Margarida Chaulet, da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Mulheres na Política; Creuza Martins de Oliveira, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas; e Gabriela Bastos, do Banco Mundial.

Assista à íntegra:  
<http://bit.ly/2tNrlfj>

## DF realiza Conferência de Saúde da Mulher



João Brito/ASCOM/SES-DF

Márcia Rollemberg, colaboradora do Governo de Brasília, faz abertura do evento

**C**om participação de mais de 800 pessoas, a 1ª Conferência de Saúde da Mulher do Distrito Federal elegeu 220 representantes à 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, sendo 192 eleitos e 28 membros natos do Conselho de Saúde do DF, divididos em 50% de usuários, 25% de gestores e 25% de trabalhadores. Dos 220 delegados, 82% eram mulheres.

No encontro foram avaliadas 84 propostas elaboradas nas sete etapas regionais, de acordo com os eixos da Conferência: “O papel do estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seu reflexo na vida das Mulheres”; “O mundo do trabalho e suas consequências na saúde das mulheres”; “Vulnerabilidades nos ciclos de vida das mulheres na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde” e “Políticas públicas e participação social”.

Ao prestigiar o encontro, Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado, destacou o projeto inédito da Casa em parceria com o Governo de Brasília, que assegura vagas nos contratos com empresas terceirizadas a mulheres vítimas de violência.

## Lei Maria da Penha para terceirizadas



Mariana Taccolini/Pró-Equidade

**O** Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, em parceria com o ILB, promoveu, entre os dias 3 e 21 de julho, encontros com 15 terceirizadas, com presença de facilitadora de aprendizagem em sala de aula, para o curso “Dialogando sobre a Lei Maria da Penha”, oferecido virtualmente na plataforma Saberes do ILB.

“O objetivo é permitir às trabalhadoras o acesso a informações sobre violência doméstica e familiar que, comumente, atinge a mulher no seu lar, nas relações afetivas ou familiares”, afirma Maria Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade. Em agosto, uma nova turma será formada, por ocasião dos 11 anos da Lei Maria da Penha.

## Assédio sexual na Saúde Indígena



Pedro França/Agência Senado

**A** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheu queixa feita por 10 indígenas da Região Sul do Brasil, no dia 4 de julho, sobre prática de assédio sexual e moral a mulheres indígenas.

Acompanhadas dos maridos e filhos/as, as indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani denunciam omissão e falta de providências por parte da Coordenação de Saúde da Região Interior Sul um mês após ter sido protocolada a acusação formal, na presença do Ministério Público Federal e da Fundação Nacional do Índio, perante as autoridades da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai).

“O assédio a profissionais de saúde indígena acontece nas cinco regiões do país, mas no Sul as nossas meninas tiveram coragem de denunciar”, disse a advogada Fernanda, do povo Kaingang.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) garantiu apoio político pela efetiva análise e esclarecimento dos fatos por parte dos órgãos e autoridades envolvidas. “É um caso de justiça e não se pode perder de vista a perspectiva de que a justiça seja feita em nosso país”.

As indígenas foram recebidas pelas senadoras Regina Sousa (PT-PI), presidenta da CDH, Fátima Bezerra (PT-RN) e Gleisi Hoffman (PT-PR) e pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

## Paulistanas conquistam Procuradoria

**E**m 19 de julho, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a criação de Procuradoria Especial da Mulher em favor da luta pela redução da desigualdade de gênero, em defesa da emancipação feminina e do combate à violência contra as mulheres.

O órgão será composto por uma procuradora e três adjuntas, designadas pelo Presidente da Câmara Municipal, a cada dois anos, no início da legislatura.

Segundo a vereadora Adriana Ramalho (PSDB), “a Procuradoria é uma conquista e mais um canal de denúncias de todo tipo de violência contra as mulheres, que chegarão aos órgãos competentes com o peso da Câmara Municipal de São Paulo”.

De acordo com Adriana, a conquista da Procuradoria Especial da Mulher também constitui “uma resposta da câmara Municipal de São Paulo ao recado das urnas, que nas eleições de 2016 quase dobrou o número de mulheres na bancada feminina”, informou.

## Juiz receberá Medalha Mietta Santiago

O Juiz Ben-Hur Viza, idealizador e um dos coordenadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Distrito Federal, inaugurado em 2012, no Núcleo Bandeirante, será a primeira pessoa condecorada com a Medalha Mietta Santiago.

A Sessão Solene de outorga acontecerá no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, no dia 8 de agosto, às 10h, como parte das comemorações do 11º aniversário da Lei Maria da Penha.

O Centro Judiciário tem se destacado por projetos como o “Maria da Penha vai à Escola” e o “Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica”, apresentado no Senado na 32ª Pauta Feminina, em agosto de 2016, que abordou boas práticas na aplicação da Lei Maria da Penha.

Segundo o juiz Ben-Hur Viza, “a Lei Maria da Penha agregou alguns benefícios muito grandes na prestação jurisdicional e conferiu ao Juízo um poder muito amplo, para além da prestação jurisdicional convencional, possibilitando fazer um trabalho diferenciado na Violência Doméstica”.

Criada em 2017, por iniciativa da deputada Dâmina Pereira (PSL-MG), a medalha tem o nome pelo qual era conhecida a escritora e advogada mineira Maria Ernestina Carneiro Santiago de Souza (1903-1995), uma das sufragistas brasileiras, que inspirou Carlos Drummond de Andrade.

A medalha será concedida anualmente pela Secretaria da Mulher da Câmara e pelo presidente da Casa.

## Agosto Dourado para o aleitamento

Em 2017, será comemorado pela primeira vez no Brasil o Mês do Aleitamento Materno. A proposta foi aprovada em março a partir do esforço da bancada feminina do Congresso de apoio ao PLC nº 24/2017, da deputada Dulce Miranda (PMDB-TO).

Durante o período, órgãos públicos e entidades da sociedade civil promoverão campanhas educativas e de esclarecimento sobre os benefícios e boas práticas da amamentação para mães e bebês. A cor dourada foi escolhida pelo fato de o ouro ser considerado a mais preciosa oferenda, assim como o leite materno.

A extensão nacional do calendário da campanha permitirá abordar conflitos crescentes que se têm registrado em relação à amamentação e ao aleitamento. Tem sido frequente a realização de “mamaços”, ações coletivas em reação a situações de discriminação de mulheres que amamentam e também o acionamento da justiça contra as agressões, como precisou fazer a técnica em enfermagem Michele Maximino, de Quipapá-PE, quando a chamaram de “vaca”, em programa de TV, por se destacar na doação de leite.

O PLS nº 514/2015, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), estabelece o direito das mães de amamentar em qualquer local público ou privado sem sofrer impedimento.

“Muitas vezes as mulheres que amamentam são hostilizadas, são mal vistas, e acabam internalizando o receio de praticar um direito seu, um ato nobre e valioso em favor da vida”, afirma a Senadora Vanessa.

## Agenda

Dia	Hora	Evento	Local
2	19h	Exibição do Filme “Feminino Cangaço”	Casa da Cultura da América Latina, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 4 Edifício Anápolis, 1º andar
3	14h	Roda de Conversa sobre o filme “Feminino Cangaço”	Sala 2, Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Senado
8	10h	Sessão Solene de outorga da Medalha Mietta Santiago	Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados
17 a 20	8h - 18h	Conferência Nacional de Saúde das Mulheres	Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília-DF
24	10h	Pauta Feminina: Mulheres, Cinema e Memórias	Plenário 9, Ala Alexandre Costa, Senado
24	14h	Oficina de Pensamento Criativo para servidores do Senado	Auditório do ILB, Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Senado

### Aniversário da Lei Maria da Penha

7 de agosto

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), sancionada em 7 de agosto de 2006, completa 11 anos de vigência. Ela foi criada para combater a violência doméstica e familiar e garantir punição aos agressores.

### Dia da visibilidade Lésbica no Brasil

29 de agosto

Em 29 de agosto de 1996, aconteceu o I Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), reunindo, pela primeira vez no Brasil, mais de cem mulheres lésbicas para discutir e rever os seus direitos e conceitos.



**H**á 11 anos, uma lei muda significativamente o cenário de direitos da mulher brasileira: a Lei Maria da Penha (11.340/2006), reconhecida no mundo entre as legislações mais avançadas para enfrentar a violência sexista.

Foram e são os movimentos sociais feministas e de mulheres historicamente preponderantes nas iniciativas para as conquistas até agora obtidas. São eles os principais responsáveis desde a retirada da invisibilidade desse tipo de violência até a construção de conceitos e meios para qualificar ações de prevenção, atenção e coibição, superando o

caráter exclusivamente punitivo.

Lembremos da força e êxito das mulheres no processo Constituinte, que antecedeu em duas décadas a Lei Maria da Penha e foi marco da igualdade de direitos. A partir daí, em 2003 foram criadas a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, vinculadas à Presidência da República e com *status* de Ministério. Acentuou-se o ritmo do enfrentamento à violência de gênero e racial. Intensificaram-se iniciativas governamentais com mais recursos e instrumentos: prevenção e atenção em pauta nos Poderes. Serviços, pesquisas, campanhas educativas ganharam espaço para acontecer; três conferências nacionais foram realizadas e, da primeira, em 2004, resultou o 1º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, avaliado e atualizado nas conferências seguintes, num processo de mobilização nacional.

Nesse período, novas medidas legislativas e normativas ampliaram e respaldaram a Lei Maria da Penha, como a que criminaliza o

assassinato de mulheres – a Lei do Feminicídio, de 2015. Apesar dos avanços, permanecem estarecedores os índices de vítimas de violência doméstica no Brasil; somos o quinto país no *ranking* mundial em feminicídio, com quase 5 mil assassinatos por ano, dos quais 62% das vítimas são negras.

Em descompasso com a sociedade, o atual governo promove retrocessos: reduz poder, fecha ambos os ministérios (mulheres e negros), rebaixando-os à condição de subordinação ao Ministério de Justiça e Cidadania e torna mais difícil efetivar direitos conquistados nestes 11 anos da Lei Maria da Penha.

A sociedade civil mobiliza-se fortemente para impedir os retrocessos. A reforma trabalhista – já aprovada – e a da Previdência tiram poder e direitos de quem? Da base da pirâmide social, dos trabalhadores, das mulheres, principalmente as negras, maiores vítimas do feminicídio. A luta continua! Desistir, NUNCA!

*Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)*



# Senado Mulheres nas Casas Legislativas

**N**o dia 1º de setembro ocorrerá a primeira edição do Projeto Senado Mulheres nas Casas Legislativas, em Manaus-AM.

A iniciativa é do Comitê de Gênero e Raça do Senado, com apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); da Diretoria-Geral; da Procuradoria Especial da Mulher (Pro-Mul), e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

O Projeto nasceu a partir da experiência exitosa das atividades do “Mês Março Mulheres” no Senado, que contou com palestras e oficinas para a reflexão e mudança de práticas, com o intuito de promover a equidade de gênero e raça.

A ideia é fomentar, nos estados e no Distrito Federal, o diálogo sobre promoção da igualdade de gênero e raça e empoderamento das mulheres nos ambientes de trabalho. O encontro tem duração de um dia e é composto por quatro módulos.

O primeiro módulo é a palestra aberta intitulada “Liderança e oportunidades iguais”,

que tem por objetivo sensibilizar o público sobre desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho e apresentar práticas para o avanço nesse campo.

Em seguida, a oficina “Saúde da mulher: autonomia no corpo e na vida” oferece informações sobre saúde preventiva e esclarece as garantias legais em saúde das mulheres,

**Qualquer senadora ou senador pode solicitar uma edição do projeto em sua unidade federativa, basta entrar em contato com os organizadores.**

abrangendo direitos sexuais e direitos reprodutivos e informações no campo dos direitos humanos e do enfrentamento à violência doméstica.

O terceiro módulo é a oficina do “Observatório da Mulher contra a Violência”, com o objetivo de colher dados referentes à vio-

lência contra as mulheres, sensibilizando os órgãos locais a respeito da importância do registro de estatísticas e discussão sobre possíveis parcerias para aprimoramento na coleta, sua publicização e divulgação.

O evento se encerra com a oficina “Ascensão profissional de mulheres”, na qual são compartilhados conhecimentos e experiências sobre os desafios enfrentados pelas mulheres em suas carreiras e as possibilidades de superação das dificuldades, visando à ascensão profissional.

Além do fomento à discussão sobre gênero e raça, a ideia do evento é levar o conhecimento produzido no Senado Federal e estreitar os laços com as unidades federativas.

Qualquer senadora ou senador pode solicitar uma edição do projeto em sua unidade federativa, basta entrar em contato com os organizadores.

*Roberta Gregoli – Observatório da Mulher contra a Violência*

### EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

**Procuradora:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

**Coordenadora:** Rita Polli Rebelo

**Projeto gráfico:** Secom/Comark

**Diagramação:** Ramíla Moura

**Textos e edição:** Lunde Braghini, Ramíla Moura e Rita Rebelo

**Equipe de apoio:** Paula Bento

**Jornalista responsável:** Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

**Endereço:** Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

**Telefones:** (61) 3303-1710 / 0800 612 211

**E-mail:** procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



[www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria](http://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria)